

## **ASSEMBLAGES GLOBAIS DE SEGURANÇA: MAPEANDO O CAMPO**

**Jovana Jezdimirovic Ranito**

[jovanaranito@gmail.com](mailto:jovanaranito@gmail.com)

Investigadora Pós-Doutoramento na Universidade do Porto e Examinadora Externa do Programa Diploma em Política Global da *International Bacculaureate Organization*. É doutorada em política internacional e resolução de conflitos pela Universidade de Coimbra. A sua área de especialização inclui governança da segurança privada, regulamentação de empresas de segurança privada e dinâmica entre forças militares e de segurança pública e privada. A sua publicação mais recente é *Regulating US Private Security Contractors*, publicada em 2019 pela *Palgrave Macmillan*

### **Resumo**

O conceito de *assemblages* globais de segurança (os conjuntos de segurança global, com uma década de existência, têm sido uma ferramenta útil para explicar grande parte da colaboração securitária atípica entre entidades públicas e privadas, melhorando bastante a nossa compreensão da colaboração entre forças de segurança públicas e privadas, que até então eram vistas principalmente através do paradigma civil-militar. Através da expansão de cenários onde se observaram as forças de segurança privadas (de forma a incluir ambientes não considerados em guerra ou em paz, mas num plano intermédio), as *assemblages* globais de segurança demonstraram, em inúmeras ocasiões, ser exemplos em que a cooperação entre forças públicas e privadas pode contribuir para a melhoria do ambiente de segurança global. Assim, até onde podemos alargar esse conceito? As entidades privadas operam em vários locais e contextos, e o conceito pode ser uma ferramenta limitada para entender o seu contributo para alcançar um ambiente mais estável. Foi definido para ser usado em ambientes pacíficos, mas será possível alarga-lo a ambientes instáveis, em cenários de segurança imprevisíveis? Este artigo analisa a forma como o conceito foi usado e aplicado até o momento, o contexto em que pode ser e foi aplicado e traça as limitações à sua utilização.

### **Palavras-chave**

*Assemblages* globais de segurança; segurança privada; conflito; relações civis-militares; relações público-privadas.

### **Como citar este artigo**

Ranito, Jovana Jezdimirovic (2019). "Assemblages globais de segurança: mapeando o campo". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 10, N.º 2, Novembro 2019-Abril 2020. Consultado [online] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.10.2.5>

Artigo recebido em 29 de Novembro de 2018 e aceite para publicação em 17 de Maio de 2019





## **ASSEMBLAGES GLOBAIS DE SEGURANÇA: MAPEANDO O CAMPO<sup>1 2</sup>**

**Jovana Jezdimirovic Ranito**

O conceito de *assemblages* globais de segurança surgiu como uma resposta à longa busca por uma estrutura adequada sob a qual a cooperação e a dinâmica entre atores públicos e privados que prestam serviços de segurança possam ser estudadas. A forte reintrodução do uso da segurança privada nas principais políticas dos estados desde o início do século, além da sua crescente utilização pelo setor privado, causou sérias dificuldades no estudo da dinâmica entre os novos atores e respectivas interações com forças e/ou instituições estatais. A primeira vaga da literatura procurou referências históricas sobre como abordar esses novos atores e encontrou terreno fértil na comparação com mercenários após alguns dos incidentes mais graves causados por essas forças com contratos governamentais (Fidler, 2007; Pelton, 2007; Singer, 2004). A forma predominantemente desconhecida (para o público em geral) como são utilizadas, as regras do seu envolvimento e as estruturas legais e institucionais limitadas sob as quais esses novos atores seriam categorizados causaram problemas na nossa compreensão (Silverstein, 1997; Brooks, 2000; Singer, 2003; Kinsey, 2005; Krahmman, 2005a). O mal-entendido da evolução do setor da segurança privada - e a percepção do público em geral de que são mercenários - foi o principal desafio enfrentado nos primeiros anos. Por um lado, Silverstein (1997), Brooks (2000) e Singer (2003) contribuíram ao esclarecer a indústria e os novos contextos nos quais são utilizados. Por outro lado, Kinsey (2005) e Krahmman (2005a) destacaram o quadro jurídico inadequado para lidar com o setor da segurança privada, em vez de com mercenários.

A literatura sobre governança de segurança abordou aspectos da inclusão de atores não estatais (e particularmente empresas de segurança privadas) na estrutura institucional (Bryden & Caparini, 2006; Bures & Carrapico, 2017; Krahmman, 2010). No entanto, poucas opções estavam disponíveis para observar a dinâmica cotidiana entre os agentes de segurança estatais e privados. Certamente, a questão mais problemática para os acadêmicos foi a abordagem usada para realizá-la após o alargamento do uso da segurança privada a operações de estabilidade em situações de pós-conflito. Avant (2004, 2005) abordou a questão do intercâmbio de poder ao analisar, em termos de

---

<sup>1</sup> A tradução deste artigo foi co-financiada pelo Instituto Camões no âmbito do projeto da Conferência Internacional de Resolução de Conflitos e Estudos da Paz. Texto traduzido por Carolina Peralta.

<sup>2</sup> Dossiê temático de artigos apresentados na 1ª Conferência Internacional de Resolução de Conflitos e Estudos da Paz realizada na UAL a 29 e 30 de Novembro de 2018.



eficácia no terreno e no processo de tomada de decisão, como o poder relacionado com decisões de segurança previamente monopolizadas pelos estados foi influenciado pelas empresas de segurança privadas que para eles trabalham. A autora reconheceu dificuldades no recurso a qualquer abordagem de RI em questões associadas a empresas de segurança privada, uma vez que esses atores e interações representam novas realidades que nunca vimos antes (Avant, 2006). Outra abordagem frequentemente usada para analisar a cooperação entre forças de segurança privadas e instituições estatais é através das relações/cooperação civis-militares. Desde a análise da forma como trabalham juntas no terreno e os problemas que enfrentam devido às diversas culturas de onde provêm (Bruneau, 2011; Herbst, 2007; Holmqvist, 2005), até encarando-a como uma questão de governança ou procurando respostas dentro das teorias das redes (Avant, 2016; Krahmman, 2016), os estudiosos têm sentido dificuldade em aplicar o conhecimento do terreno às estruturas existentes.

Nesses contextos, havia a necessidade de outra abordagem que facilitasse o estudo da segurança militar terceirizada (por alguns estados), e que também alargasse a análise dos serviços de segurança comerciais prestados globalmente que vinculavam instituições estatais e atores privados. Em 2009, Abrahamsen e Williams propuseram uma nova ferramenta para estudar o impacto e as relações entre empresas privadas de segurança e atores estatais, relacionado com a utilização comercial da segurança. As *assemblages* globais de segurança propuseram examinar como, na prática, as empresas de segurança privadas podem afetar os cenários de segurança no terreno. A maior inovação foi a possibilidade de observar de perto a dinâmica entre atores públicos e privados e a concentração nos dados empíricos.

Dez anos decorridos desde a sua introdução, aqui o foco é sobre a utilidade desse conceito até agora. A contribuição que procuro fazer é apresentar uma visão equilibrada da última década, examinando esse conceito através de uma revisão da literatura, destacando a forma como as realidades se tornaram cada vez mais complexas e não são explicáveis mediante outras abordagens, como a governança de segurança das teorias atores-redes. Tentarei demonstrar que ganhou terreno por mérito próprio, embora tenha servido de inspiração para outros conceitos que dele derivaram. Por fim, este artigo explorará os desafios que o conceito de *assemblages* globais de segurança atualmente enfrenta com a crescente complexidade dos ambientes de segurança, nomeadamente a análise da inclusão de novos atores, tais como terroristas, rebeldes e vários grupos criminosos.

De forma a consegui-lo, examino onde esse conceito tem sido aplicado e com que finalidade. Depois, uso as limitações que lhe foram reconhecidas e questiono a sua relevância uma década após a sua introdução. Faço uma análise crítica da literatura mais importante publicada nesses dez anos e procuro incluir a ampla gama de questões que foram abordadas.

O artigo está dividido em quatro partes, a saber: primeiro, abordo o próprio conceito e explico as suas principais características e objetivos. De seguida, examino onde geograficamente, tematicamente e por que disciplinas tem sido usado até ao presente. Depois, defino as limitações do conceito. Finalmente, concluo que, embora haja muitos benefícios no uso dessa abordagem, também existem certas restrições, e recomendo novas áreas de investigação.



## **Conceito de *Assemblages* globais de segurança – o que é e por que o utilizamos?**

O conceito de *assemblages* não é novo e tem sido usado em várias disciplinas nas décadas anteriores. Originalmente, o conceito e a teoria das *assemblages* foram introduzidos pelos filósofos franceses Deleuze e Guattari (1987) e, depois deles, foram amplamente utilizados e desenvolvidos na sociologia e na ciência política.

O contributo de Deleuze para o pensamento da *assemblage* foi amplamente aceite, mas sobretudo as suas ideias rudimentares e dispersas, e não tanto a teoria articulada (DeLanda, 2006: 3). Deleuze e Guattari estabeleceram o conceito de *assemblages*, ainda primordiais na articulação, mas contendo três elementos essenciais: máquina abstrata, elemento concreto e *personae*. Tal como Nail (2017: 23–24) sublinhou, para Deleuze e Guattari, as *assemblages* são como máquinas abstratas, pois a) não existem como coisa/objeto no mundo, sendo antes um conjunto de relações externas que circundam elementos e agências e b) são redes de relações externas específicas definidas pela composição, mistura e agregação. As *assemblages* também precisam de ter um elemento concreto, uma modalidade existente de *assemblages*, como uma estrutura esquelética ou um arquipélago (Nail, 2017: 26). Por fim, as *personae* das *assemblages* são agentes que não podem ser observados e estudados independentemente, pois são operadores móveis que ligam elementos concretos de acordo com as suas relações abstratas. Deleuze e Guattari dão exemplos de um corredor ou intercessor, afirmando que "A *persona* é necessária para relacionar conceitos no avião, assim como o próprio avião precisa de ser definido" (Deleuze & Guattari, 1996: 73–76).

Em 2006, DeLanda apresentou o que achava ser uma versão melhorada da teoria da *assemblage*, que ele considerou ser a versão 2.0 da Deleuze ou, como a designou, "teoria da *neo-assemblage*" (DeLanda, 2006: 4). O seu objetivo era libertar a teoria das *Assemblages* da divisão micro-macro e permitir uma análise cruzada de entidades e processos sociológicos. A diferença dos conceitos isolados mencionados por Deleuze está na recolha de certos elementos do pensamento da *assemblage* e fazer com que façam sentido do ponto de vista analítico. Por exemplo, partiu da ontologia social de Deleuze e Guattari (indivíduos, grupos e campo social), que considerava primitiva, e alargou-a a organizações internacionais e redes interpessoais. Além disso, vai mais longe, mostrando que as *assemblages* devem ser totalmente "independentes das nossas mentes", pedindo-lhes que sejam agentes autónomos e independentes da mente. DeLanda reconhece que a exterioridade das relações é uma suposição importante das *assemblages*. Isso implica que as *assemblages* não são uma formação firme e estática; podem ser separadas em partes funcionais que interagem com os outros atores, mas ainda assim, quando interagem entre si, as suas interações podem resultar em síntese (DeLanda, 2006: 11). Além disso, analisa as relações binomiais entre territorialização e desterritorialização e usa a codificação para analisar cada elemento da interação entre as partes que formam a *assemblage*.

DeLanda dedicou cada capítulo a um tipo diferente de *assemblage*, para expressar a variedade de formas que podem assumir: social (capítulo 1), linguística (capítulo 2), marcial (capítulo 3), práticas científicas (capítulo 4), uma diagramação do real e do virtual (capítulo 5), atómicas, genéticas e químicas (capítulo 6) e soluções científicas e matemáticas (capítulo 7).



Ao longo do tempo, os acadêmicos deixaram a sua própria marca no conceito de *assemblages*, ampliando o seu uso e propondo novas direções. O principal avanço da teorização de DeLanda é a suposição de que as *assemblages* não se devem limitar à teoria, mas sim consideradas como uma forma de pensar. Como Acuto e Curtis (2014: 3) explicaram, aplicar uma ferramenta de pensamento a *assemblages* é “um recurso que torna essa abordagem menos uma teoria e mais um repositório de métodos e posições ontológicas em relação ao social”.

Outros começaram a introduzir novos aspetos e teorias para complementar o pensamento sobre as *assemblages*: Legg (2011) em conjunto com Foucault, Haraway com uma abordagem feminista (Feigenbaum, 2015) e McCann e Ward (2012) com uma aplicação para estudar políticas. Embora cada aplicação tenha as suas próprias idiossincrasias, o pensamento das *assemblages* teria algumas características centrais, como o acolhimento da multiplicidade, o foco em práticas de relação e ordenação, uma mistura de expressividade material e simbólica e simultaneidade de territorialização e desterritorialização (Bureš, 2015a: 17–18). Outras características comuns de todo pensamento sobre a *assemblage* são os métodos utilizados para alcançá-lo: etnografia, entrevistas, observação participante e análise de discurso (Lisle, 2014: 70).

*Assemblages* globais de segurança é um conceito proposto por Rita Abrahamsen e Michael Williams (2009b) com o objetivo de fornecer uma estrutura para conhecer com as práticas o impacto que as empresas de segurança privada têm no contexto de segurança em que operam.

Estes autores partiram da noção de desmontagem do estado de Sassen (2008), que assumiu a reconfiguração do estado como o conhecíamos antes nas democracias de estilo ocidental, e a integração de atores não estatais como participantes ativos. A contribuição de Sassen não é apenas um reconhecimento da existência de atores não estatais, como havia sido feito décadas atrás; contudo, ela é a primeira a explicar que o sistema assente nos agentes tradicionais precisa de ser desmontado e voltado a montar para atrair atores não estatais como participantes iguais e ativos nas estruturas de governança. A partir daí, Abrahamsen e Williams propuseram voltar a montar a forma como a prestação de segurança é entendida atualmente, incluindo prestadores de segurança privados como parte integrante da mesma.

Essa abordagem trouxe para o centro da análise, quando se trata de segurança privada, um elemento importante que antes tinha sido deixado de lado: a etnografia. Não limitando a natureza descritiva do método etnográfico, mas usando-o como ponto de partida da análise, o conceito de *assemblages* de segurança global concentra-se na integração de dados recolhidas nas práticas e interpretação dos mesmos através de dois paradigmas importantes - e até então separados: privado/público e local/global. Usando o conceito de *campo*<sup>3</sup> de Bourdieu, Abrahamsen e Williams (Abrahamsen & Williams, 2010) trabalham na remontagem das nossas percepções de onde termina a esfera pública e onde começa a privada. Estes autores usaram o conceito como uma libertação analítica

---

<sup>3</sup> O campo representa um espaço social que vai além da localização de objetos de análise no contexto histórico, espacial (local, nacional, internacional) e relacional, e inclui a compreensão de como o conhecimento anterior foi gerado, por quem e que interesses foram servidos por essas práticas (Bourdieu, 2000a, 2000b). Às vezes, a analogia é com um determinado campo de jogos desportivos: são modelados de acordo com o jogo que é jogado; possui regras próprias, protagonistas, histórias, lendas e tradição (Thompson, 2014: 67). Os agentes partilham mais de um campo simultaneamente, variando em generalidade e alcance, e incluem esferas da vida profissional e privada.



das fortes restrições teóricas, assumindo que o conceito é construtivo e profundamente interconectado com descobertas empíricas (2014a: 27), partindo do entendimento linear do lugar e do papel dos atores envolvidos na governança informal da segurança (organização) em certos lugares, como em África, onde o conceito ocidental de como as coisas ocorrem não é aplicável (Abrahamsen, 2017). Os autores deram um grande passo, deixando de lado as até então teorias de rede para explicar como os atores de segurança cooperam e trabalham no mesmo local. A sua estrutura conceptual apoia-se nos conceitos de capital e poder de Bourdieu, permitindo a solidificação do terreno teórico e o estabelecimento de algumas fronteiras conceptuais, e ao mesmo tempo abertura para adaptá-lo de forma a ser aplicável nas realidades que não são democracias ocidentais. Embora admitam derrapagens entre a teoria de campo de Bourdieu e as *assemblages*, é claro que a teoria de campo de Bourdieu não é aqui aplicável na sua totalidade (Abrahamsen & Williams, 2014: 27). O conceito de campo simplesmente não é extensível a uma escala global e, portanto, foi necessário fazer ajustes significativos. No entanto, permitiu a liberdade de definir conjuntos de atores não lineares e fora da rede, e admitir natureza e características transformacionais quando se trata do poder e do capital que possuem.

A remontagem da nossa perceção de segurança estende-se a uma distinção entre local e global, e público e privado, e o ponto crucial é que a definição tradicional centralizada no estado ocidental e nas instituições por ele administradas tem uma versão muito diferente no mundo não-ocidental; e esses conceitos não farão justiça à análise que é feita, simplesmente porque não estão a refletir os requisitos que esses conceitos têm na tradição ocidental (Abrahamsen, 2017). Os exemplos em África revelam linhas esbatidas entre os benefícios em segurança na ação de empresas privadas e forças “públicas” (Abrahamsen & Williams, 2010). Da mesma forma, essas entidades públicas são consideradas locais, mas com as contribuições e cooperação com empresas globais de segurança, os resultados da segurança não podem ser restritos à ação de nenhuma delas separadamente (Williams, 2016).

### **Onde e como foi usado até agora?**

Esta abordagem foi adotada pela comunidade académica globalmente, pois abriu um espaço para um estudo das empresas comerciais de segurança privada para além das zonas de conflito, ainda num contexto de provisão de segurança público-privada e usada como apoio militar. As empresas privadas e as ONGs globalmente têm usado empresas de segurança privada para proteger as suas operações e ativos em ambientes remotos e difíceis (Avant, 2007: 457; Omeje, 2017). As empresas de mineração e exploração de gás usam abundantemente esses agentes desde o início dos anos 90 e o seu uso cresceu exponencialmente (Börzel & Hönke, 2010; Ferguson, 2005; Kirshner & Power, 2015). O resultado mais notável foi o reconhecimento de que os fornecedores de segurança privados causaram algum impacto positivo nas comunidades onde operam, introduzindo padrões operacionais mais altos, aproximando o respeito pelos direitos humanos nas comunidades locais e, em geral, aumentando a perceção da população local de um ambiente mais seguro (Abrahamsen & Williams, 2007; Campbell, 2006). Isto foi realizado, por exemplo, treinando grupos de segurança locais (formais ou informais), transcendendo os esforços de segurança para a comunidade local (unicamente por motivos da empresa contratante) ou oferecendo workshops à população local sobre



técnicas de resolução de conflitos. O principal benefício tem sido a capacidade de observar as práticas e dinâmicas cotidianas que ocorrem entre os prestadores de segurança privada e as forças do estado. Esse benefício pode ser observado na investigação, tanto em países em desenvolvimento como em países desenvolvidos, embora o conceito tenha sido definido tendo em mente países onde os conceitos ocidentais não eram totalmente aplicáveis. Como Abrahamsen e Williams (2014) explicaram, os conceitos ocidentais e as tentativas de aplicá-los a configurações subdesenvolvidas falharam severamente. As *assemblages* globais de segurança permitiram perceber como o setor de segurança está estabelecido e a funcionar em África. Em certo sentido, abriram o vocabulário e ofereceram ferramentas para a sociedade ocidental investigar e entender o funcionamento do setor da segurança em África.

Para seguir o foco geográfico em África usado por Abrahamsen e Williams, o conceito também foi usado para demonstrar práticas na Tanzânia (Abrahamsen & Williams, 2017), Libéria (Abrahamsen e Williams, 2009a; Mohlin, 2017), Somália (Cunha, 2017; Reno, 2017; Sandor, 2016), República Democrática do Congo (Schouten, 2011, 2017), Nigéria e África do Sul (Abrahamsen & Williams, 2010). Esses trabalhos investigaram profundamente como essas interações entre empresas de segurança privadas e agentes locais não estatais servem como substituto/complemento do serviço público e como contribuem efetivamente para a melhoria do ambiente de segurança local.

Além de África, o conceito também foi usado para estudar o Médio Oriente e a Europa. Por exemplo, Tholens (2017) examinou a forma como as *assemblages* globais de segurança foram constituídas no pós-2011 no Médio Oriente. E, Hazbun (2016) analisou a realidade libanesa e usou-a para contextualizar o estado do setor de segurança neste país. Na Europa, Bures (2015a) usou-o para desmontar e voltar a montar as operações do setor de segurança privada na República Checa, analisando várias *assemblages* - privadas e públicas, e todas as outras - e clarificando o mundo complexo do setor de segurança privada num contexto social dentro do país. Mais recentemente, Borrajo Valiña (2018) explorou o aparecimento da abordagem abrangente da União Europeia, baseada em *assemblages* globais de segurança de, para resolver conflitos e crises externas recentes.

Antes deles, Berndtsson e Stern (2011) aplicaram-no na análise das operações de segurança aeroportuária de Estocolmo. Van Steden e De Waard (2013) usaram-no no que denominaram McDonaldização da indústria de segurança privada em toda a Europa, onde a segurança privada comercial com doutrina neoliberal se expandiu para abranger as áreas que o Estado não cobria.

No que diz respeito à abordagem setorial, além de ser usada como foi originalmente planeada e imaginada dentro da audiência 'Paz' e 'Conflito' - para explicar a dinâmica entre atores privados-públicos e locais-globais não tradicionais no mundo em desenvolvimento - várias outras abordagens e disciplinas também acharam esse conceito útil, como a perspectiva feminista, a sociologia e a criminologia. Por exemplo, na perspectiva feminista, a investigação analisou como as *assemblages* globais de segurança afetam as famílias dos contratados (Chisholm & Eichler, 2018) e como o género é afetado pela segurança privada na política global (Eichler, 2015). Dentro da abordagem sociológica, Bongiovi (2016) usou *assemblages* globais de segurança para demonstrar a organização e as operações dos Jogos Olímpicos de 2012 em Londres. Na criminologia,



tem sido usado para explorar vários aspetos do policiamento (Abrahamsen & Williams, 2007; Albrecht, 2017; Diphooorn, 2015).

O conjunto de questões exploradas por essa abordagem é ampla: observação do controlo de fronteiras e proteção do narcotráfico (Sandor, 2016), aplicação nas indústrias extrativas (Abrahamsen & Williams, 2017), importância e maior governança da segurança em todo o mundo (Bureš, 2015b; Cunha, 2017; Hazbun, 2016; Hönke & Müller, 2012) ou policiamento (Abrahamsen & Williams, 2007; Albrecht, 2017; Diphooorn, 2015), e certamente será ainda mais alargado.

Além disso, o conceito de Abrahamsen e Williams serviu de inspiração para outros que o adaptaram e o usaram nas suas próprias investigações na área da governança de segurança e outras. Na investigação sobre a governança de segurança - enquanto Abrahamsen e Williams estabeleceram o conceito de segurança global como uma ferramenta para se distanciar das teorias de rede de agentes - é interessante observar como Schouten (2014) parte dela para examinar os impactos mais amplos das *Assemblages* globais de segurança na governança da segurança e sugere que a teoria da rede de agentes amplia a esfera do que são *assemblages* de segurança. Nos estudos sobre segurança, Collier (2018) afastou-se da filosofia por trás do conceito e ajustou-o para abordar a realidade da segurança cibernética. Mary Kaldor (2018) deu uma guinada mais sociológica e usou-a como ponto de partida para estabelecer o conceito de cultura global de segurança.

Como pudemos ver, esse conceito é transversal do ponto de vista das disciplinas, áreas geográficas e tópicos em que foi útil e aplicado. Em RI, Sociologia e Criminologia; em África, Médio Oriente e Europa; na governança da segurança, policiamento, controlo de fronteiras e indústria extrativa, o âmbito do conceito é amplo. Também vimos que inspirou outras pessoas a adaptá-lo e aplicar a mesma filosofia a outras áreas, como no caso das culturas de cibersegurança e segurança.

No entanto, ao trabalhar com esse conceito, os académicos reconheceram-lhe algumas restrições e limitações na sua aplicação, principalmente na tentativa de expandi-lo a áreas que não são estáveis em termos de segurança.

### **Limitações e restrições do conceito**

A última década demonstrou que havia uma necessidade extrema de um conceito que permita observar a dinâmica entre forças públicas e privadas, além de considerar as relações de poder, e a forma como impactam os ambientes de segurança no terreno. Trouxe dados empíricos significativos para a superfície e produziu conhecimento prático sobre como essas *assemblages* funcionam em vários pontos do globo. No entanto, algumas das restrições do conceito, propostas por Abrahamsen e Williams, estão a tornar-se mais visíveis. O uso do conceito foi ampliado para acomodar diversos cenários em todo o mundo, como vimos anteriormente. O facto é que o mundo é mais complexo do que era há uma década atrás, quando o conceito foi introduzido. Essas complexidades, devido aos conceitos de *assemblages* globais de segurança, agora são mais visíveis do que costumavam ser. Embora antes houvesse mais ênfase nas divisões público-privada e global-local, esse conceito permitia observar práticas cotidianas que revelam linhas esbatidas entre si. Isso permitiu ver mais detalhadamente atores envolvidos na garantia da segurança nas comunidades locais, como, por exemplo, o grupo de segurança privada





local Sungusungu, na Serra Leoa, que assumiu a responsabilidade pela resolução de mais de 90% das disputas locais, porque a cobertura das áreas locais é muito maior do que o das forças públicas (Albrecht, 2017).

Além disso, expôs uma gama crescente de atores a serem considerados nessas *assemblages*, bem como circunstâncias complexas em que existem atores no mesmo espaço a fornecer dinâmicas diferentes em momentos diferentes, como foi o caso do grupo rebelde no Quênia que originalmente contribuiu para tornar o ambiente mais volátil, mas depois transformou-se numa força política legítima que acabou por contribuir para a estabilização e expansão da situação de segurança (Rasmussen, 2017).

Atualmente, existem muitos cenários em que não podemos fazer uma distinção simples entre o uso comercial da segurança privada e o uso militar, como acontecia há uma década. Nesse sentido, embora Abrahamsen e Williams (2014: 26) afirmem que o conceito é mais um termo descritivo do que uma bagagem teórica, enfrenta muitos desafios quando se trata de aplicá-lo em ambientes mais complexos, nos quais a segurança pode ser avaliada como estando situada entre a guerra e a paz.

O pressuposto do conceito parte da ideia que os atores locais e globais, públicos e privados, trabalhem juntos (intencionalmente e coordenados, ou não), com o objetivo de obter um ambiente de segurança mais estável, particularmente num local que coloque desafios, como muitos exemplos em África. Portanto, existem outros atores (globais, locais, públicos e privados) que podem não funcionar de uma forma tão linear, e que podem ganhar mais com a desestabilização da região do que contribuir para a sua estabilização.

Essa é a situação que Didier Bigo (2014: 208) identificou como “confusão do mundo”, alertando para a impossibilidade de estabelecer limites claros e absolutos. Este autor insiste que divisões como guerra e crime, violência e segurança não são úteis para a compreensão das práticas atuais que ocorrem em todo o mundo, sendo, de facto, prejudiciais. A divisão dos agentes e do seu papel num determinado cenário, por exemplo, quando a polícia lida com assuntos internos versus o exército, que lida com ameaças fora das fronteiras, são refutadas pela prática como sendo inválidas. Além disso, os ganhos e riscos que certos agentes representam no entendimento mais amplo da segurança em certas regiões podem ser enganosos se a avaliação de riscos não incluir também crime e corrupção. Enquanto Abrahamsen e Williams procuraram precisamente superar algumas divisões (público-privada e global-local), o seu foco centrava-se em entender como essas dinâmicas funcionam com o objetivo final de obter benefícios para um contexto de segurança local.

Em linha com as preocupações de Bigo, Doucet (2016) reconhece os méritos do conceito de segurança global, mas demonstra que esse conceito é limitado na análise de realidades mais complexas, como as intervenções atuais. Devido à multiplicação dos agentes (uso comercial e militar) envolvidos e à tentativa de usar o conceito nas áreas em que a estabilidade ainda é volátil (como operações pós-conflito ou de estabilidade), o conceito foi levado ao limite. Não foi desenhado para abranger essas circunstâncias, mas a sua filosofia central seria adequada para pensar como essas *Assemblages* funcionam.

Mesmo considerando ambientes mais estáveis, existem novas formas híbridas de *assemblages* que vão além de empresas privadas e instituições públicas e defendem a importância de líderes tradicionais ou grupos de segurança organizados localmente,



considerados atores não estatais, como fazendo parte crucial da dinâmica da segurança local no mundo em desenvolvimento.

Peter Albrecht (2017) demonstrou o peso que esses atores não estatais exerceram na Serra Leoa, onde o ator de segurança privada Sungusungu assumiu a responsabilidade informal pela resolução de conflitos comunitários onde havia ausência de forças públicas. Esses atores, ao envolverem-se em tais *assemblages* híbridas, podem obter o significado político que anteriormente não possuíam, como aconteceu no Quênia, onde o grupo rebelde evoluiu para uma força política legítima (Rasmussen, 2017).

Há uma literatura crescente sobre outros atores - como terroristas, rebeldes, senhores da guerra e outros grupos criminosos - que tornam a análise da segurança ainda mais complexa (Varin & Abubakar, 2017). A exclusão do nexos terror-crime ao analisar *assemblages* de segurança em determinados locais pode causar alterações significativas nos resultados e limitar a compreensão de dinâmicas e atores relevantes em determinados contextos de segurança. Por exemplo, Frowd e Sandor (2018) demonstraram que este aspeto é relevante no caso do Sahel, mas isto é certamente aplicável em muitos outros.

Como mencionado acima, a expansão do que é considerado um ator privado relevante (ou seja, empresa comercial privada de segurança) há uma década, é muito mais ampla agora quando existem, além de grupos locais e líderes tradicionais, outros grupos que contribuem - positivamente e/ou negativamente - para o ambiente de segurança localmente. Existem atores globais, como grupos radicalizados e extremistas, que contribuem para alterações na dinâmica da segurança em certas regiões que não podem/não devem ser descartados. A dificuldade de incluir esses grupos nas análises fornecidas pelas *assemblages* globais de segurança já foi identificada (Ismail, 2013).

Por fim, a dificuldade do conceito de *assemblages* globais de segurança reside em considerar toda essa dinâmica e reconhecer a complexidade do contributo dos vários atores envolvidos. Alguns desses atores podem contribuir positivamente uma vez, e negativamente noutras. Além disso, pode haver várias ações positivas e negativas ao mesmo tempo que não resultariam necessariamente num ambiente de segurança local estável.

## Conclusões

Este artigo apresentou uma revisão de literatura de um conceito global de segurança. Depois de explicar as suas origens e objetivos, explorou o espaço que ocupa em várias disciplinas, como a Ciência Política, a Sociologia e a Criminologia. O uso do conceito tem-se diversificado, tanto a nível dos tópicos como geograficamente. Tem sido empregue para abordar questões tão distintas como policiamento, controlo de fronteiras, indústria extrativa, papéis de género, e governança da segurança. Geograficamente, abrangeu a África, a Europa e o Médio Oriente.

Apresentamos as vantagens do uso desta abordagem como uma alternativa às teorias de ator-rede e abordagens de governança da segurança que dominaram a literatura académica sobre a análise dos atores de segurança privada. Permitiu abertura para o estudo da dinâmica dos atores públicos e privados e das suas práticas, para aprender com dados empíricos e para ir além da análise das relações de poder e separar as divisões público-privada e global-local, entre outras. Numa década de uso, é uma ferramenta



valiosa que os acadêmicos usam para pensar as relações de segurança privada em locais que desafiam conceitos e dicotomias previamente estabelecidos.

O conceito como ferramenta de pensamento foi útil como inspiração para outras pessoas definirem as suas próprias adaptações, como as culturas de segurança global de Kaldor ou as *assemblages* globais de segurança cibernética de Collier.

O conceito enfrentou alguns desafios, como a complexidade crescente de atores, dinâmicas e configurações em que podemos observar *assemblages* de segurança de formas mais híbridas, que incluem outros atores não estatais, a mudança de dinâmica dentro e entre eles, ou configurações mais voláteis. Esses desafios representam uma janela de oportunidade para explorar outras opções, e uma inspiração para que outros o considerem uma ferramenta de pensamento de partida para formar talvez a possibilidade de estudar essas complexidades acrescidas no futuro.

### Referências bibliográficas

Abrahamsen, R. (2017). Africa and international relations: Assembling Africa, studying the world. *African Affairs*, 116(462): 125–139.

Abrahamsen, R., & Williams, M. C. (2007). Securing the city: private security companies and non-state authority in global governance. *International Relations*, 21(2), 237–253.

Abrahamsen, R., & Williams, M. (2009a). Security Beyond the State: Global Security *Assemblages* In International Politics. *International Political Sociology*, 3: 1–17.

Abrahamsen, R., & Williams, M. C. (2009b). Security beyond the state: Global security *Assemblages* in international politics. *International Political Sociology*, 3(1), 1–17.

Abrahamsen, R., & Williams, M. C. (2010). *Security Beyond the State: Private Security in International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Abrahamsen, R., & Williams, M. (2014). Tracing Global *Assemblages*, Bringing Bourdieu to the Field. In *Reassembling International Theory*. Springer: 25–31.

Abrahamsen, R., & Williams, M. (2017). Golden *Assemblages*: security and development in Tanzania's gold mines. In P. Higate & M. Utas (Eds.), *Private security in Africa: from the global assemblage to the everyday*. London: Zed Books. Londres: Zed Books: 15–31.

Acuto, M., & Curtis, S. (2014). Assemblage Thinking and International Relations. In M. Acuto, M. & Curtis, S. (Eds.), *Reassembling International Theory*. Basingstoke: Palgrave Macmillan: 1-14.

Albrecht, P. (2017). Private Security beyond private sector: community policing and secret societies in Sierra Leone. In P. Higate & M. Utas (Eds.), *Private Security in Africa: From Global Assemblage to the Everyday*. Londres: Zed Books: 52–69.

Avant, D. (2004). The Privatization of Security and Change in the Control of Force. *International Studies Perspectives*, 5(2): 153–157.

Avant, D. (2005). *The Market for Force: The Consequences of Privatizing Security*. Cambridge: Cambridge University Press.



- Avant, D. (2006). The Implications of Marketized Security for IR Theory: The Democratic Peace, Late State Building, and the Nature and Frequency of Conflict. *Perspectives on Politics*, 4(3): 507–528.
- Avant, D. (2007). Contracting for Services in U.S. Military Operations. *PS: Political Science & Politics*, 40(3): 457–460.
- Avant, D. (2016). Pragmatic Networks and Transnational Governance of Private Military and Security Services. *International Studies Quarterly*, sqv018.
- Berndtsson, J., & Stern, M. (2011). Private security and the public–private divide: Contested lines of distinction and modes of governance in the Stockholm-Arlanda security assemblage. *International Political Sociology*, 5(4): 408–425.
- Bigo, D. (2014). War and crime, military and police: the assemblage of violence by security? In J. Bachmann, C. Bell, & C. Holmqvist (Eds.), *War, Police and Assemblages of Intervention*. Routledge: 204–213.
- Bongiovi, J. R. (2016). Public-Private Global Security Assemblages (Londres 2012). In V. Bajc (Ed.), *Surveilling and Securing the Olympics*: 359–380.
- Borrajo Valiña, D. (2018). *European governance and global security Assemblages: the emergence of the European Union's comprehensive approach to external conflicts and crises (2009-2017)* (Tese de Doutoramento). <http://hdl.handle.net/10810/24433>
- Börzel, T., & Hönke, J. (2010). *From compliance to practice: mining companies and the voluntary principles on security and human rights in the Democratic Republic of Congo*.
- Bourdieu, P. (2000a). *Pascalian Meditations*. Londres: Polity.
- Bourdieu, P. (2000b). *Propos sur le champ politique*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- Brooks, D. (2000). Messiahs or mercenaries? The future of international private military services. *International Peacekeeping*, 7(4): 129–144.
- Bruneau, T. (2011). *Patriots for Profit: Contractors and the military in the US national security*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Bryden, A., & Caparini, M. (2006). *Private Actors and Security Governance*. Geneva: DCAF.
- Bureš, O. (2015a). Global Security Assemblages: Enhancing Assemblage Thinking with Bourdieu's Sociology. In *Private Security Companies*. Springer: 13-34.
- Bureš, O. (2015b). *Private Security Companies: Transforming Politics and Security in the Czech Republic*. Springer.
- Bures, O., & Carrapico, H. (2017). *Security Privatization: How Non-security-related Private Businesses Shape Security Governance*. Springer.
- Campbell, B. (2006). Good governance, security and mining in Africa. *Minerals & Energy-Raw Materials Report*, 21(1): 31–44.
- Chisholm, A., & Eichler, M. (2018). Reproductions of Global Security: Accounting for the Private Security Household. *International Feminist Journal of Politics*.



- Collier, J. (2018). Cyber Security *Assemblages*: A Framework for Understanding the Dynamic and Contested Nature of Security Provision. *Politics and Governance*, 6(2): 13–21.
- Cunha, P. B. (2017). Somalia as a Market for Private Military and Security Companies: definitions, agents and services. In A. Magnólia Dias (Ed.), *State and Societal Challenges in the Horn of Africa: Conflict and processes of state formation, reconfiguration and disintegration*: 78–89.
- DeLanda, M. (2006). *A new philosophy of society: Assemblage theory and social complexity*. A&C Black.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1987). *A thousand plateaus: Capitalism and schizophrenia*. Minneapolis: University of Minneapolis Press.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1996). *What Is Philosophy?* Columbia University Press.
- Diphorn, T. G. (2015). Twilight policing: private security practices in South Africa. *British Journal of Criminology*, 56(2): 313–331.
- Doucet, M. G. (2016). Global *Assemblages* of Security Governance and Contemporary International Intervention. *Journal of Intervention & Statebuilding*, 10(1): 116.
- Eichler, M. (Ed.). (2015). *Gender and Private Security in Global Politics* (1ª edição). Nova Iorque: Oxford University Press.
- Feigenbaum, A. (2015). From cyborg feminism to drone feminism: Remembering women's anti-nuclear activisms. *Feminist Theory*, 16(3): 265–288.
- Ferguson, J. (2005). Seeing like an oil company: space, security, and global capital in neoliberal Africa. *American Anthropologist*, 107(3): 377–382.
- Fidler, S. (2007, January 10). Civilian workers could face court martial. *Financial Times*.
- Frowd, P. M., & Sandor, A. J. (2018). Militarism and its limits: Sociological insights on security *Assemblages* in the Sahel. *Security Dialogue*, 0967010617739534.
- Hazbun, W. (2016). Assembling security in a 'weak state': the contentious politics of plural governance in Lebanon since 2005. *Third World Quarterly*, 37(6): 1053–1070.
- Herbst, K. (2007). Private Security Companies and Civil-Military Cooperation. In T. Jäger & G. Kummel (Eds.), *Private Military and Security Companies: Chances, Problems, Pitfalls and Prospects*: 273–291.
- Holmqvist, C. (2005). Engaging Armed Non-State Actors in Post-Conflict Settings. In A. Bryden & H. Hänggi, *Security Governance in Post-Conflict Peacebuilding*. Munster: Lit Verlag: 45-68.
- Hönke, J., & Müller, M.-M. (2012). Governing (in) security in a postcolonial world: Transnational entanglements and the worldliness of 'local' practice. *Security Dialogue*, 43(5): 383–401.
- Ismail, O. (2013). Radicalisation and violent extremism in West Africa: implications for African and international security. *Conflict, Security & Development*, 13(2): 209–230.
- Kaldor, M. (2018). *Global security cultures*. John Wiley & Sons.
- Kinsey, C. (2005). Challenging international law: a dilemma of private security companies. *Conflict, Security & Development*, 5(3): 269–293.



- Kirshner, J., & Power, M. (2015). Mining and extractive urbanism: Postdevelopment in a Mozambican boomtown. *Geoforum*, 61: 67–78.
- Krahmann, E. (2005a). *New threats and new actors in international security*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Krahmann, E. (2005b). Security governance and the private military industry in Europe and North America. *Conflict, Security & Development*, 5(2): 247–268.
- Krahmann, E. (2010). *States, Citizens and the Privatisation of Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Krahmann, E. (2016). NATO contracting in Afghanistan: the problem of principal–agent networks. *International Affairs*, 92(6): 1401–1426.
- Legg, S. (2011). Assemblage/apparatus: using Deleuze and Foucault. *Area*, 43(2): 128–133.
- Lisle, D. (2014). Energizing the international. In Michele Acuto & S. Curtis (Eds.), *Reassembling international theory*. Springer: 67-74.
- McCann, E., & Ward, K. (2012). Policy *Assemblages*, mobilities and mutations: Toward a multidisciplinary conversation. *Political Studies Review*, 10(3): 325–332.
- Mohlin, M. (2017). Security Sector Reform as Trojan Horse? The new security *Assemblages* of privatized military training in Liberia. In P. Higate & M. Utas (Eds.), *Private Security in Africa: From Global Assemblage to the Everyday*. Londres: Zed Books: 107-119.
- Nail, T. (2017). What is an Assemblage? *SubStance*, 46(1): 21–37.
- Omeje, K. (2017). *High Stakes and Stakeholders : Oil Conflict and Security in Nigeria*.
- Pelton, R. Y. (2007). *Licensed to Kill: Hired Guns in the War on Terror*. Nova Iorque: Broadway Books.
- Rasmussen, J. (2017). Political becoming and non-state emergence in Kenya´s security sector: Mungiki as security operator. In P. Higate & M. Utas (Eds.), *Private Security in Africa: From the Global Assemblage to the Everyday*. Londres: Zed Books: 120-141.
- Reno, W. (2017). Failed, Weak or Fake State? The role of private security in Somalia. In P. Higate & M. Utas (Eds.), *Private Security in Africa: From the Global Assemblage to the Everyday*. Londres: Zed Books Ltd.
- Sandor, A. (2016). Border Security and Drug Trafficking in Senegal: AIRCOP and global security *Assemblages*. *Journal of Intervention and Statebuilding*, 10(4): 490–512.
- Sassen, S. (2008). *Territory, authority, rights: From medieval to global Assemblages*. Princeton University Press.
- Schouten, P. (2011). Political topographies of private security in Sub-Saharan Africa. In *African Engagements*. Brill: 56-83.
- Schouten, P. (2014). Security in action: How John Dewey can help us follow the production of security *Assemblages*. In *Reassembling International Theory*. Springer: 83-90.



Schouten, P. (2017). Parapluies politiques: The everyday politics of private security in the Democratic Republic of Congo. In P. Higate & M. Utas (Eds.), *Private Security in Africa: From the Global Assemblage to the Everyday*. Londres: Zed Books Ltd.

Silverstein, K. (1997, July 28). Privatizing war: How Affairs of State are Outsourced to Corporations beyond Public Control. *The Nation*.

Singer, P. (2004, April 15). Warriors for hire in Iraq. *Salon*. Disponível em: <http://www.salon.com/2004/04/15/warriors/>

Singer, P. W. (2003). *Corporate warriors: the rise of the privatized military industry*. Nova Iorque: Cornell University Press.

Tholens, S. (2017). Border management in an era of 'statebuilding lite': security assistance and Lebanon's hybrid sovereignty. *International Affairs*, 93(4): 865–882.

Thompson, P. (2014). Field. In *Pierre Bourdieu: Key Concepts* (pp. 65–80). Oxon; Nova Iorque: Routledge.

Van Steden, R., & De Waard, J. (2013). 'Acting like chameleons': On the McDonaldization of private security. *Security Journal*, 26(3): 294–309.

Varin, C., & Abubakar, D. (Eds.). (2017). *Violent Non-State Actors in Africa: Terrorists, Rebels and Warlords* (1st ed. 2017 edition). Nova Iorque, NY: Palgrave Macmillan.

Williams, M. C. (2016). Global Security Assemblages. In R. Abrahamsen & A. Leander (Eds.), *Routledge Handbook of Private Security Studies* (p. section 13). Oxon; Nova Iorque: Routledge.